



II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

**Violência
Política de
Gênero no
Brasil**

06e07MAIO2024

Caderno de resumos





II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

Violência
Política de
Gênero no
Brasil

06 e 07
MAIO
2024

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Presidente/chanceler

Pe. Mieczyslaw Smyda, S.J.

Reitor

Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S. J.

Vice-reitor

Pe. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, S.J.

Pró-reitor Administrativo

Pe. Carlos Fritzen, S.J.

Pró-reitor Comunitário e de Extensão- PROCOM

Pe. Delmar Araújo Cardoso, S.J.

Pró-reitor de Graduação e Extensão- PROGRAD

Prof. Dr. Degislundo Nóbrega de Lima

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação- PROPESPI

Profa. Dra. Valdenice José Raimundo

Diretor da Escola de Educação e Humanidades

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa

Coordenadora da Graduação de Licenciatura Plena em História

Profa. Dra. Maria do Rosário da Silva

Coordenador do Programa de Pós-graduação em História

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim

ORGANIZAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral (UNICAP | CACTOS)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim (UNICAP)

Profa. Dra. Maria do Rosário da Silva (UNICAP)

Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral (UNICAP | CACTOS)



II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

Violência
Política de
Gênero no
Brasil

06 e 07
MAIO
2024

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento (UFRPE)
Profa. Dra. Andrea Almeida Campos (UNICAP)
Profa. Dra. Andréa Bandeira Silva de Farias (UPE)
Profa. Dra. Cláudia Costa Guerra (ESAMC)
Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)
Profa. Dra. Fernanda Lemos (UFPB)
Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (UFRPE)
Profa. Dra. Janaina Guimarães da Fonseca e Silva (UPE)
Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento (UNICAP)
Profa. Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos (UFRPE)
Profa. Dra. Michelle Silva Borges (UFU)
Prof. Dr. Murilo Borges Silva (UFJ)
Profa. Dra. Rosana de Jesus dos Santos (IFNMG)
Profa. Dra. Sandra Duarte de Souza (UMESP)
Profa. Dra. Valdenice José Raimundo (UNICAP)
Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (UFU)
Profa. Dra. Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP)



II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

**Violência
Política de
Gênero no
Brasil**

**06 e 07
MAIO
2024**

SUMÁRIO

Apresentação	04
Programação	05
ST 1 – Gênero, poder e violência.....	06
ST 2 – Gênero, cultura e religião.	13
ST 3 – Gênero, educação e relações étnico-raciais	17



II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

Violência
Política de
Gênero no
Brasil

06 e 07
MAIO
2024

APRESENTAÇÃO

O Cactus – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero em parceria com o Curso de Licenciatura em História e Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Católica de Pernambuco, realizará nos dias 06 e 07 de maio de 2024, o II Encontro Florescendo Gênero. Nesta edição, a temática central será “Violência Política de Gênero no Brasil”, buscando, buscando, portanto, problematizar as complexidades e desafios presentes na atual conjuntura política brasileira.

O evento acontecerá no formato híbrido, sendo as atividades realizadas no campus da Universidade Católica de Pernambuco e em plataformas de transmissão on-line. A programação será composta por conferências, simpósios temáticos, pôsteres e ações em escolas públicas.

Esperamos proporcionar um espaço, em que discentes, docentes e profissionais do campo da História e áreas afins, de diversas partes do país, possam compartilhar e dialogar conosco as pesquisas que estão desenvolvendo a partir de propostas teórico-metodológicas dos Estudos de Gênero.

Neste Caderno de Resumos estão os trabalhos que foram aprovados para serem apresentados no evento. São frutos de pesquisas que estão em fase de desenvolvimento ou já foram concluídas, por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento e instituições de ensino superior.

Por fim, convidamos vocês para participarem e construïrem este evento com a gente, pois florescendo gênero, despertaremos esperança.



II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

**Violência
Política de
Gênero no
Brasil**

**06 e 07
MAIO
2024**

PROGRAMAÇÃO

06/05 (SEGUNDA-FEIRA)		07/05 (TERÇA-FEIRA)	
14:00 às 16:00	Cactos nas Escolas Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco	14:00 às 17:00	Simpósios Temáticos Salas 504, 505 e 507 Bloco B
16:00 às 18:00	Exposição de Banners Hall do Bloco A	17:00 às 18:00	Cine Cactos Auditório do Bloco B
18:30 às 19:00	Abertura Oficial Auditório Dom Helder	---	----
19:00 às 21:00	Palestra de Abertura Auditório Dom Helder	19:00 às 21:00	Palestra de Encerramento Auditório Dom Helder



ST 1 – GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA

Coordenação: Luíza Cavalcanti (UFRN)

UMA HISTÓRIA SOBRE O AMOR: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE PODER PELA ANÁLISE DO LIVRO DE BELL HOOKS

Adriana da Silva Farias

Graduanda em Serviço Social, UNINASSAU

Resumo: A sociedade é fundada por construções sociais, as quais cotidianamente expressam nas relações, padrões de comportamentos e que com regras silenciosas formaram a estrutura social até os dias de hoje. Por esse motivo, o amor tem sua constituição na ótica da dominação dos corpos, sobretudo, no que tange ao público feminino. Sendo assim, essa pesquisa buscou analisar a construção do amor e seus efeitos nas relações de poder e dominação com base na literatura de Bell Hooks (2020). A violência de gênero é fruto das opressões que grande parte das mulheres enfrentam. Logo, compreender como a construção errônea do amor fomenta mulheres em relacionamentos abusivos é o objetivo principal da discussão. Com base, também, nas reflexões de gênero em Heleieth Saffioti (2015) e Djamila Ribeiro (2018) a pesquisa evidenciou que o amor desde a sua criação tem um viés que muitas vezes beneficiam os homens ao domesticar a capacidade das mulheres de resistir às violências. Portanto, o debate critica as noções preestabelecidas ao longo dos anos do amor como potência de aprisionamento do público feminino e reforça a ideia de Hooks (2020) que somente uma sociedade com seu esteio no amor igualitário e respeitoso pode emancipar as mulheres.

Palavras-chave: Amor. Violência de gênero. Feminismo.

REGISTROS DE UMA PRESA POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO DA BÁRBARA DE ALENCAR NA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Alyne Taís dos Santos Lima

Mestranda em História, UFRPE

Rodrigo José Pereira de Araújo Lopes Bezerra

Graduado em História, UNICAP

Resumo: Durante o início do século XIX, período em que o Brasil ainda se acostumava com a presença da Família Real Portuguesa em seu território, algumas províncias não concordavam com o favorecimento que se construía ao Rio de Janeiro, província residencial da nobreza lusitânica. Diante disso, a não aceitação de Pernambuco em relação ao novo sistema tributário que pairava sobre as províncias brasileiras, resultou em debates e reuniões mais acaloradas. Em 1817 estoura uma revolução, protagonizada por personagens importantes como o padre João Ribeiro, o comerciante Domingo José Martins, o militar José de Barros Lima, o comerciante Antônio Gonçalves da Cruz, entre outros.



Contudo, dentro dessa atmosfera política e patriarcal em Pernambuco, uma mulher se destaca, a cearense Bárbara Pereira de Alencar. Desse modo, utilizando como fonte algumas relações de presos políticos que se envolveram na Revolução Pernambucana além de historiografias sobre a temática, abordaremos o engajamento político de mulheres na revolução, evidenciando a Bárbara de Alencar. Por fim, a partir dessa prepotência, tentaremos entender como uma mulher do sertão conheceu os ideais da revolução, além da inserção de uma mulher que conseguiu quebrar os obstáculos pressuposto do período.

Palavras-chave: Bárbara de Alencar; Revolução Pernambucana; Brasil oitocentista.

PROIBIDO PROIBIR: TEXTOS LEGISLATIVOS PROIBITIVOS À LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA

Gustavo José Barbosa Paraiso

Graduado em Comunicação Social, UFPB

Iran Ferreira de Melo

Doutor em Linguística, USP

Resumo: Verificando os dados que contextualizam às violências a que a população LGBTQIAPN+ é acometida, principalmente por não se enquadrar no padrão binário normativo da sociedade, e que a linguagem é constituinte dessas práticas de violências para essa população, iremos abordar os resultados obtidos de nossa pesquisa intitulada *Linguagem não-binária no Brasil em projetos de leis municipais*. A partir disso, identificamos a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei municipais das capitais e dos dez (10) maiores municípios em população de Pernambuco - PLs) proibicionistas sobre esse uso linguístico. Em nossa metodologia, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e realizamos a coleta do corpus (vinte e três projetos de lei nas capitais brasileiras e três nos municípios de Pernambuco) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Identificamos as informações referentes à produção e circulação dos dados coletados e analisamos dados contextuais como anos de publicação, partidos que propuseram e cidades que representam esses PLs. Além disso, propomos apresentar argumentos que podem ser usados como contradiscurso a esses projetos.

Palavras-chave: Linguagem não-binária. Projetos de lei. Linguagem inclusiva de gênero.



A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COMO UMA FORMA DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA CONVENÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

João Mateus Moura dos Santos
Graduando em Direito, UNICAP
Manoel Carlos Uchôa de Oliveira
Doutorando em Ciências da Religião, UNICAP

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a sub-representação das mulheres na vida pública e política como um efeito de uma violência política de gênero. Institucional e estrutural. Este estudo provém de uma pesquisa feita para elaboração de relatório alternativo ao Comitê para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, em inglês), no âmbito da Clínica de Litigância Estratégica e Interesse Público da Unicap. A pesquisa trabalhou com a produção de dados, correlacionando com dados secundários, sobre a participação da mulher em cargos estatais e no seu papel no desenvolvimento de políticas públicas. Todavia, as mulheres partem de uma posição desigual do homem para adentrar, concorrer e exercer cargos públicos e mandatos políticos. Nesse ponto, os partidos políticos têm um papel central na produção da sub-representação por meio de uma violência institucional. Realizando o recorte de raça e em relação às mulheres trans, esse tipo de violência se aprofunda. É necessário fortalecer os mecanismos de proteção e de defesa das mulheres na vida política e pública. Além de eleger mais mulheres, é crucial criar um ambiente político que promova a igualdade de gênero e combata ativamente a violência e o discurso de ódio dentro desses espaços.

Palavras-Chave: Gênero. Violência política. Sub-Representação.

BÁRBARA DE ALENCAR: REPRESENTAÇÕES CRIADAS NA IMPRENSA E AS CELEBRAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA REVOLUÇÃO DE 1817

Lidia Rafaela Nascimento dos Santos
Doutora em História, UFF
Joana Cristina Souza do Nascimento Rosa
Mestranda em História, UFRPE

Resumo: O Brasil no oitocentos é escravista e patriarcal, forma-se como nação envolto em ideais liberais alicerçado em exclusões. Entre tantos personagens masculinos a figura de uma matriarca nordestina tomará espaço na história de Pernambuco como revolucionária e também como primeira presa política que temos conhecimento: Bárbara de Alencar. Evidenciaremos como uma mulher do sertão conheceu as ideias da revolução e sua trajetória de vida desde seu nascimento até sua morte, procurando inserir uma mulher que conseguiu quebrar barreiras pela sua forma de pensar, seja pela maneira que educou seus filhos, seja pela Nação. Além de falar da trajetória dessa mulher no contexto de revoluções liberais de Pernambuco no contexto da independência, analisaremos o do papel da mulher na construção da sociedade junto à preocupação com o tempo e a memória, o resgate de uma historiografia feminina e o esquecimento



de narrativas de mulheres emblemáticas do Brasil e do mundo, iremos discutir diferentes representações construídas sobre Bárbara de Alencar no século XX e XXI, a partir das representações criadas sobre ela na imprensa nas celebrações dos centenários da Revolução de 1817 e o material produzido recentemente sobre Bárbara.

Palavras-chave: Bárbara de Alencar. Representações e imprensa. Séculos XX e XXI.

A VIDA DE MULHERES INFAMES: TRAJETÓRIAS, CONTESTAÇÕES E A PRESENÇA FEMININA NA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE EM 1955

Lucas Vieira da Silva Santos

Mestrando em História, UFRPE

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo dimensionar e analisar as relações institucionais e cotidianas do microcosmos carcerário da Casa de Detenção do Recife, assim como a trajetória de transgressões, desvios e contestações de uma criminosa conhecida como Gata da Noite que alcança certa notoriedade por suas práticas gatunas, atormentando o poder público e os aparelhos policiais e punitivos durante anos, cometendo delitos e se evadindo das prisões nas quais fora recolhida. Isto levanta apontamentos pertinentes quanto a discussão no que concerne a vida desses homens e mulheres infames, que somente tem sua história contada –em perspectiva abjeta e sensacionalista – nas fontes policiais e jornalísticas, a partir do momento que são confrontados por um dispositivo de poder. No tocante a detenção, trazemos à baila um inquérito administrativo instituído em função de irregularidades apuradas na cela de duas detentas no ano de 1955, uma delas, Antonia dos Anjos Almeida, aliás “Gata da Noite” teria sofrido diversos níveis de violência e abusos, denotando que o contingente majoritário de corpos masculinos aglutinados no cárcere por vezes ofusca a presença feminina. Muito embora estas enfrentassem a realidade das prisões de maneira muito mais cruel, já que sua própria presença neste ambiente constitui objeto de cobiça sexual e estranheza.

Palavras-Chave: Casa de Detenção do Recife. Crime. Prisioneiras.

“MULHER NÃO MILITA NA POLÍTICA, ACOMPANHA OS MACHOS”: A MEMÓRIA DA SUBVERSÃO INTELCTUAL FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Maria Giuliana da Silva Santos

Graduanda em História, UFPE

Resumo: Além da evidente violência física a que as mulheres presas e/ou perseguidas políticas sofreram, o ressaltado é a violência verbal durante o período de encarceramento. Outrossim, destacar a desconsideração da intelectualidade, de modo a promoverem-na como “acompanhantes de machos”, sendo os homens aqueles que “verdadeiramente” militam, à vista dos torturadores. As mulheres militantes se destacavam com “um papel duplamente transgressor” (Ferreira, 1996). Além de serem qualificadas enquanto terroristas, de modo que



resistem ao autoritarismo presente na sociedade, também eram mulheres, que se permitia ultrapassar o espaço privado - reservado à elas - e expressar suas opiniões no espaço público. Xingamentos lhes foram proferidos, a fim de diminuir sua capacidade política e intelectual. Chamadas “putas”, “prostitutas”, em seus depoimentos e testemunhos puderam expressar tal indignação contra torturadores e a máquina autoritária estatal. Segundo Le Goff (1990) “a memória coletiva deve servir para a libertação e não para a servidão dos homens”. Permitir o estudo, a denúncia e a exposição da narrativa dessas mulheres, é evidenciar a importância da militância política, além da hetero-normativa, imposta na sociedade há séculos. É numa missão de servir à liberdade que estudar a subversão feminina se faz necessária.

Palavras-chave: Mulheres. Subversão. Memória.

A CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: O CONFLITO NORMATIVO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA À LUZ DA CONVENÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW)

Maria Júlia Camilo de Lima
Graduação em Direito, UNICAP

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a criminalização da violência política de gênero (VPG) na legislação brasileira eleitoral e penal. Esse estudo é resultado da experiência da produção do relatório alternativo para o Comitê para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, em inglês), a partir da atividade da Clínica de Litigância Estratégica e Interesse Público da Unicap. Identifica-se, atualmente, dois crimes relacionados a VPG. Por um lado, o crime eleitoral de violência política contra as mulheres da Lei nº 14.192/2021. Por outro lado, o crime contra o Estado Democrático de Direito de violência política, com um recorte de gênero, inserido no Código Penal pela Lei nº 14.197/2021. Embora seja possível admitir o avanço desses dispositivos, há um conflito no âmbito de suas aplicações aos casos de violências políticas contra mulheres. A partir de dados levantados pelo Observatório Nacional da Mulher na Políticas e de uma revisão de literatura, foi possível analisar os problemas práticos envolvendo a aplicação jurídica dos dois crimes, considerando as diretrizes internacionais do CEDAW. A violência política de gênero é um meio para a manutenção da desigualdade de gênero, nas suas dimensões estruturais, institucionais e sociais.

Palavras-Chave: Violência Política. Gênero. Criminalização.



OS 40 ANOS DA RATIFICAÇÃO PELO BRASIL DA CONVENÇÃO DA ONU PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER: PANORAMA HISTÓRICO À LUZ DO PATRIARCALISMO JURÍDICO

Maria Luiza Vidal de Oliveira
Graduanda em Direito, UNICAP
Rodrigo Deodato de Souza Silva
Doutorando em Direito, UNICAP

Resumo: Quarenta anos após a ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, desafios permanecem e obstáculos até os dias atuais fazem da igualdade de gêneros um horizonte ainda muito distanciado da realidade brasileira. Desde os séculos passados, a figura feminina enfrenta o peso do patriarcalismo e do machismo arraigados a sociedade, presentes mesmo na estrutura jurídica, desde o Código Filipino ao Código Civil de 1916, passando pelo Código Penal de 1940. Essa diferenciação estruturante fez com que a CEDAW fosse assinada e ratificada com reservas, ou seja, parcialmente, sendo rejeitado pelo Estado brasileiro, sob a égide do regime cívico-militar, a garantia de direitos relativos à igualdade entre homens e mulheres na esfera familiar. Apenas, em 1994, com a igualdade entre homens e mulheres garantida pela Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro decidiu por retirar as reservas, ratificando plenamente a CEDAW. Analisar este percurso histórico-jurídico e os impactos de um patriarcalismo jurídico é de extrema importância para a compreensão dos desafios atuais.

Palavras-chave: CEDAW. Igualdade de Gênero. Patriarcalismo jurídico.

VOZES SILENCIADAS ENTRE MUROS E MEMÓRIAS: UM ESTUDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ENCARCERADAS EM PERNAMBUCO

Thaís dos Santos Costa
Graduanda em História, UNICAP

Resumo: Este estudo, ainda em sua fase inicial de desenvolvimento, busca explorar uma área ainda pouco investigada pela maioria dos historiadores brasileiros: o sistema prisional, com um foco específico nas experiências e vivências femininas. Seguindo uma espécie de amostragem, o recorte temporal se estende aproximadamente de 1889 a 1958, com ênfase nos anos de 1940. Esta pesquisa investiga a vida das mulheres encarceradas na Casa de Detenção do Recife (CDR) e, posteriormente, estabelecido após a implementação do Código Penal de 1940, o processo de transição das prisões mistas para as penitenciárias exclusivamente femininas, neste caso em específico a primeira do estado de Pernambuco - Colônia Penal Feminina do Bom Pastor. A investigação das fontes trouxe à tona questões como o tratamento dispensado às mulheres na época, os aspectos do cotidiano da realidade prisional feminina e o estigma associado ao gênero feminino, especialmente em um ambiente predominantemente masculino, tanto dentro quanto fora das celas, chegando até



II Encontro FLORESCENDO GÊNERO

Violência
Política de
Gênero no
Brasil

06 e 07
MAIO
2024

as áreas administrativas. Este estudo visa preencher uma lacuna ainda pouco explorada na historiografia brasileira, oferecendo uma análise detalhada das experiências das mulheres encarceradas, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente da história prisional e das relações de gênero em Pernambuco.

Palavras-chave: Mulheres. Cárcere. Direitos.



ST 2 – GÊNERO, CULTURA E RELIGIÃO

Coordenação: Clara Schettini (UNICAP)

MULHERES EM BUSCA DA LIBERDADE: A ALFORRIA FEMININA NA COMARCA DE PAUDALHO/PE (1840-1876)

Elida Nathalia Olimpio da Silva

Mestranda em História, UFPE

Resumo: É possível observar que em diferentes regiões estudadas no Brasil os padrões de alforrias observados apresentam as particularidades de cada lugar, mas revelam também tendências generalistas que refletem aspectos importantes da sociedade escravista oitocentista. Desse modo, o maior acesso por parte das mulheres às alforrias, sejam elas onerosas ou gratuitas, pode ser observado sob múltiplos aspectos. Assim, este trabalho tem por objetivo investigar o acesso à liberdade através de alforrias de mulheres escravizadas na comarca de Paudalho/PE entre 1840 e 1876 a partir dos registros notariais. Em um corpo documental formado por 75 alforrias, entre cartas e escrituras, a presente pesquisa busca compreender que mecanismos foram utilizados para a conquista da liberdade e, principalmente, o papel feminino na produção destes documentos e na materialização de suas liberdades.

Palavras-chave: Mulheres escravizadas. Alforrias. Comarca de Paudalho.

DISPUTAS DE GÊNERO NO CRAFT: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA MAÇONARIA

Fernando Rodrigues de Souza

Mestrando em Ciências da Religião, UFS

Resumo: A maçonaria é por definição uma instituição iniciática, filantrópica, evolucionista e progressista, cujo o objetivo é o autoaprimoramento do ser humano através das lições extraídas de seus símbolos e mistérios. Comumente, a instituição é associada à presença exclusiva de homens, sendo a participação feminina proibida. No entanto, registros da Idade Média indicam a presença de mulheres em reuniões maçônicas em lojas na Europa, quando ela ainda era identificada como uma instituição operativa, responsável por parte das obras da construção civil. Na modernidade, a presença feminina na instituição tomou bastante destaque através de mulheres como Elizabeth Aldworth, Annie Besant e Maria Deraismes. Atualmente as mulheres estão presentes em maçonarias exclusivamente femininas e em lojas mistas, com forte presença na Europa. No Brasil, entretanto, encontram resistência e tentativas de deslegitimação oriundas da maçonaria masculina. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a presença feminina na maçonaria, suas contribuições, dilemas, dificuldades existentes e como encontra-se a situação atual nas principais potências maçônicas do mundo.

Palavras-chave: Maçonaria. Feminino. Mulheres.



A EXPERIÊNCIA DAS IRMÃS VIGÁRIAS EM NÍSIA FLORESTA/RN: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO FEMININA NA IGREJA CATÓLICA

Joathan Alves da Silva

Especialista em Metodologia do Ensino de História, UNIFAVENI

Resumo: Inegáveis são as contribuições socioeclesiais que a igreja católica romana realizou ao longo da história do Brasil. A vista disso, queremos neste trabalho provocar sobre as colaborações femininas na igreja romana, dialogando com o trabalho pioneiro que se estabeleceu em Nísia Floresta/RN, no qual religiosas assumiram o pastoreio da paróquia desta cidade, exercendo uma autoridade que historicamente é função dos presbíteros. Objetivamos fazer um paralelo entre a experiência religiosa na Arquidiocese de Natal e as contribuições da vida religiosa feminina no atual cenário, dialogando com o eclesial e social. Assim, para composição deste trabalho, realizamos uma revisão bibliográfica que se apropria das discussões de Ferrari (1968), Beozzo (2005), Ferreira (2018), Kearns (2019), além de outros no qual debatem sobre eclesiologia. De modo benéfico, o ofício praticado pelas Irmãs Vigárias estimula a igreja católica a olhar para além de suas estruturas, interrogando-se sobre o papel que as religiosas ocupam em suas fileiras. Evidentemente, a atualidade nos mostra que aquele período inspira, mas pouco influencia diante do clericalismo tão forte e tão presente.

Palavras-chave: Catolicismo. Ação Pastoral. Irmãs Vigárias.

O CRIME DE SEVERINA MARIA DA CONCEIÇÃO: PERSPECTIVAS DE EXCEÇÃO DE DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA NA DÉCADA DE 1970. UMA ABORDAGEM PROCESSUAL E JORNALÍSTICA

José Bernardo Bezerra Soares

Graduado em Direito, UFPE

Resumo: Através da análise de processo crime que tramitou na comarca do Recife no ano de 1972, juntamente com as matérias de jornais impressos que retrataram o caso, pretende-se demonstrar diferentes perspectivas de desconsideração da mulher como sujeito de direitos no período em questão. Severina Maria da Conceição, ré pela ocultação do cadáver de seu filho natimorto no quintal de seus patrões em Casa Forte, tem seu status de cidadania constantemente negado nas relações institucionais, trabalhistas e mesmo sociais/familiares. A fonte processual é rica em narrativas, posto que diferentes testemunhas são arroladas para dar sua versão do fato. É possível observar as noções de sujeição que incidiam sobre os corpos das mulheres negras e pobres do período, diante das representações que são construídas acerca de sua relação de trabalho, de sua condição social e de seu comportamento, além do tratamento policial e processual dispensados. Algumas noções de interseccionalidade mostraram-se fundamentais, possibilitando a compreensão de como as identidades envolvidas em cada circunstância influem diretamente na extensão dos direitos da mulher.

Palavras-Chave: História Social. Crime. Gênero.



“OLHE PARA MIM, QUE SOU UMA SERVA DO SENHOR”: O DISCURSO POLÍTICO-RELIGIOSO DE MICHELLE BOLSONARO E O ELEITORADO FEMININO E EVANGÉLICO (2018-2022)

José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior
Mestrando em Ciências da Religião, UNICAP

Resumo: Em 2018, a vitória de Bolsonaro representou o fim de um ciclo de disputa presidencial que ocorria, desde 1994, entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com o advento das redes sociais como mecanismo eleitoral, a extrema-direita conseguiu se aproximar do eleitorado brasileiro, que resultou na vitória do ex-presidente Bolsonaro. Todavia, a popularidade deste político, em relação às mulheres, era baixa e isto promoveu, entre 2018 e 2022, uma rejeição que chegou a 61%. Desta forma, a inserção de Michelle Bolsonaro numa linha de frente, durante o governo e as eleições, foi relevante para aproximar o ex-presidente do eleitorado feminino e evangélico. Assim, este trabalho, através da análise de jornais, revistas e, principalmente, redes sociais, tem por objetivo problematizar como Michelle Bolsonaro — que suscitou um discurso político-religioso voltado ao aborto, a ideologia de gênero, a família e ao papel privado da mulher — foi um personagem fundamental para a imagem do governo e a difusão e asseguramento da narrativa política-religiosa bolsonarista.

Palavras-chave: Gênero. Religião. Política.

“A LIBERTY ALIVE”: BOITE E BAR MISTY NO RECIFE NOTÍVAGO NOS ANOS OITENTA

Maria Clara Cavalcanti de Mello Oliveira
Graduanda em História, UNICAP

Resumo: Na noite de 5 de janeiro de 1979, o Recife ganhava um novo espaço de lazer voltado ao público LGBT. Localizada inicialmente na Rua do Riachuelo, em frente à Faculdade de Direito do Recife e, posteriormente, na Rua das Ninfas, a Misty funcionou como casa noturna, café, teatro e casa de show por 14 anos, até fechar em 1993. Possuía uma atmosfera voltada para a arte de subculturas, colaborando para espalhar o *post-punk* e *new wave* na cidade, além de acolher pessoas tidas “desajustadas” e apoiar o florescimento de diversos artistas independentes, principalmente LGBTs. A Misty possuía uma regra bastante conhecida: não era permitido a entrada no estabelecimento com câmeras, pois lá também frequentavam pessoas conhecidas e da “alta sociedade”, que não queriam ter seus nomes vinculados ao local. O presente trabalho visa analisar, através de matérias publicadas no Diário de Pernambuco entre anos de 1978-1989, o discurso que girava em torno da Misty, partindo do ponto de vista de que ela representou um importante espaço de resistência e divertimento para pessoas LGBTs, bem como as relações entre poder, resistência, sexualidade e arte, apropriando-se de conceitos propostos por Judith Butler e Michel Foucault.

Palavra-chave: Gênero. Lazer. Arte.



“UNINDO CREPÚSCULOS”: A ENTRADA DE NELLY CARVALHO NA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS PELA PERSPECTIVA DE LUZILÁ GONÇALVES FERREIRA

Maria Helena Bandeira Alves
Graduanda em História, UNICAP

Resumo: Este artigo analisa o discurso de recepção proferido por Luzilá Gonçalves Ferreira durante a entrada de Nelly Carvalho na Academia Pernambucana de Letras em 03 de dezembro de 2015, quando tomou posse da cadeira número vinte e seis. A análise busca, através da ótica de Luzilá, evidenciar problemas de desigualdade de gênero que afetam e desafiam desproporcionalmente as mulheres no âmbito literário, e destacar, de forma crítica, a relevância do crescimento da representatividade das mulheres na Academia Pernambucana de Letras se conectando diretamente ao título "Unindo Crepúsculos", que reflete a fusão da trajetória das escritoras que se transpassaram ao longo de suas vidas em um momento de celebração da entrada de uma voz feminina em uma instituição que têm uma presença significativamente maior de homens.

Palavras-chave: Gênero. Imortais. Discurso.



ST 3 – GÊNERO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação: Idelbrando Lima (UNICAP)

NÃO-BINARIEDADE DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS

Amanda Monteiro da Silva

Mestranda em Estudos da Linguagem, UFRPE

Resumo: A atual pesquisa tem como objetivo analisar a utilização da linguagem não-binária dentro dos materiais didáticos apresentados no Ensino Fundamental 1 em escolas públicas do Brasil. De acordo com o ministério da educação, é na primeira parte do ensino fundamental onde os temas transversais passam a ser aplicados em sala de aula, e o tema Orientação sexual tem como um dos eixos de aprendizado a identidade de gênero. O artigo se fundamenta na observação das atividades presentes nas coleções de livros didáticos aceitas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático do ano de 2023, levando em conta enunciados, textos e apoios visuais presentes no material utilizado para as aulas de Língua Portuguesa. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais no portal do MEC, o professor deve agir com postura apresentando equidade e dignidade entre os gêneros. Necessitamos que a nossa comunicação linguística esteja de acordo com a nossa vivência social, e por isso a representatividade de pessoas não-binárias dentro da linguagem inserida no processo educacional brasileiro é de extrema importância. Sem a utilização da mesma, parte da população é apagada, e as crianças se tornam alheias à existência de tal minoria.

Palavras-chave: Linguagem não-binária. Ensino fundamental. Gênero.

GÊNERO, DIVERSIDADES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO: FUNDAMENTOS, CONCEITOS E DIRETRIZES PARA O ENSINO MÉDIO

Anne Vitória Leite Xaves

Graduanda em História, UNICAP

Resumo: O presente estudo possui como objetivo evidenciar e discutir a abordagem adotada pelo atual currículo do ensino secundário do estado de Pernambuco, no tocante às pautas sociais de gênero, relações étnico-raciais e demais formas de diversidade. Produzido entre os anos de 2019 e 2020 pela Secretária de Educação e Esportes (SEE/PE) em parceria com a União Nacional de Dirigentes da Educação (UNDIME/PE), os Currículos da Educação Básica são uma série de documentos orientacionais de caráter normativo, os quais visam postular as bases teóricas e legais que regulamentam o funcionamento das redes educacionais públicas e privadas no referido estado, e nas diferentes etapas do ensino. Tendo em mente os documentos curriculares não apenas como conjuntos de diretrizes e normas, mas como também dispositivos institucionais que reproduzem relações de poder e disputas, responsáveis por estabelecer os parâmetros sobre o que deve ser abordado, ou não, na escola



básica, a pesquisa visa analisar o “lugar” atribuído a tais temáticas considerando o histórico de reivindicações de movimentos sociais pela inserção e obrigatoriedade de ensino.

Palavras-chave: Gênero. Relações étnico-raciais. Currículo de Pernambuco.

MÔNICA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA EXPOGRAFIA DO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE

Edna Maria da Silva

Doutoranda em Ciências da Religião, UNICAP

Resumo: Datado de 1860, o registro da ama de leite Mônica ao lado de Augusto Gomes Leal ainda criança ganhou destaque ao longo dos anos desde sua realização por revelar camadas de significados nas quais ela se encontrava inserida. Este retrato, presente na exposição de longa duração do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco, faz parte do cotidiano das mediações do espaço e de suas ações educativas sendo objeto gerador de debates com estudantes de escolas públicas e particulares, bem como de turistas que visitam o espaço museal. Dessa forma, este trabalho busca compreender, à luz da figura de Mônica e do que ela representa para a história de Pernambuco, as representações femininas no acervo e na expografia do Museu do Homem do Nordeste e sua inserção no roteiro de mediações para as relações étnico-raciais. Para isto, partiremos da observação participante e análise das visitas mediadas realizadas pela equipe de educadores da instituição à luz dos debates acerca da função social dos museus e seu papel para a promoção da igualdade.

Palavras-chave: Museu do Homem do Nordeste. Educação Museal. Gênero.

EDUCANDO MENINOS E FORMANDO HOMENS INTEGRALMENTE: EDUCAÇÃO E GÊNERO NA PEDAGOGIA MARISTA

Idelbrando Alves de Lima

Doutorando em Ciências da Religião, UNICAP

Resumo: O Instituto dos Irmãos Maristas foi fundado na França, em 1817, por Marcelino Champagnat, que almejava educar crianças e jovens do campo, com o objetivo de manter a moral e os bons costumes, sendo a escola o espaço privilegiado para o desenvolvimento desta missão. Ao longo do tempo, os Maristas passaram a difundir sua missão pelo mundo e através de suas instituições de ensino, buscavam formar integralmente crianças, adolescentes e jovens rapazes. Portanto, o presente artigo tem por objetivo analisar, a partir de uma perspectiva de masculinidade, a prática educativa marista, tendo por base Guide des Écoles (Guia das Escolas), documento de meados do século XIX. Sendo assim, o estudo está fundamentado numa pesquisa de cunho documental e bibliográfico, dialogando com as contribuições advindas de Albuquerque Júnior, Bourdieu, Scott, entre outros autores, proporcionando um arcabouço teórico-metodológico para a temática em questão.

Palavras-chave: Irmãos Maristas. Prática educativa. Masculinidade.



“E EU TAMBÉM NÃO SOU MULHER?”: DA DUPLA OPRESSÃO AO PROTAGONISMO POLÍTICO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Joyce Conceição de Mesquita
Doutoranda em História, UFRPE
Luciana Juvêncio Silva
Mestranda em História, UFRPE

Resumo: Decerto que existe um consenso quanto à complexidade acerca de uma conceituação universal sobre o que é o feminismo, dado o avanço dos debates que colocam em cena diversas avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019) e que transfiguram o feminismo em inúmeros feminismos – com suas próprias reivindicações e lugares de fala. O feminismo enquanto movimento político que reivindica paridade social e de direitos para mulheres através do combate ao patriarcado e da denúncia de seus abusos e violências, por muito tempo relegou uma perspectiva interseccional que levasse em consideração a dupla opressão de gênero e raça que incide em mulheres negras. O presente trabalho tem como objetivo central resgatar o percurso de luta de mulheres no Brasil, mais especificamente daquelas que desde o período colonial ocupam o mais baixo nível de hierarquia social. Para isso, partiremos das táticas de resistências empreendidas em diferentes momentos da história brasileira, como no período imperial, no contexto da escravização, e no século seguinte, enquanto movimento político organizado.

Palavras-chave: Feminismo. Mulheres negras. Resistência.

O COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL POR MEIO DO ENGAJAMENTO DAS MULHERES AO LONGO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL DO COQUE, RECIFE

Juliana Rebeka Falcão dos Santos
Graduanda em Geografia, UFPE
Diogo Santos de Santana
Graduando em Geografia, UFPE

Resumo: O presente artigo visa compreender o papel da mulher acerca dos movimentos de resistência e luta contra o racismo ambiental. No curso histórico e social das cidades, pode-se observar a subordinação em relação aos interesses das classes dominantes e conseqüentemente a marginalização e discriminação das populações - nas quais, a maioria são mulheres e negras - em seus respectivos territórios, que por sua vez são violados por agentes do setor privado e que sofrem com a ausência de políticas públicas. Diante deste cenário, observa-se o Coque, comunidade ribeirinha na cidade do Recife, que vem lutando e resistindo dentro de um movimento organizado e articulado por mulheres, moradoras do local por meio da pedagogia política, contra as ações urbanísticas que visam violar e dizimar o seu respectivo território e conseqüentemente os seus saberes, tradições e histórias. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com leituras e consultas a artigos, capítulos de livros, bem como da pesquisa documental, fazendo uso de imagens e documentos para a análise deste trabalho, pautada numa abordagem



qualitativa, descrevendo, analisando e classificando tal problema a fim de debater acerca do papel da mulher mediante aos movimentos de resistência em territórios violados.

Palavras-Chave: Territórios violados. Espaço. Gênero.

A VUNERABILIDADE DO GÊNERO FEMININO FRENTE A AUTOMUTILAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Laurenilda Maria Gomes da Silva
Especialista em Ensino de História, UFRPE

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre o corpo e a dor das estudantes no ambiente escolar. Tomamos como objeto de análise a automutilação – o ato de machucar o próprio corpo deliberadamente. A automutilação é uma questão frequente em escolas públicas e particulares. O tema em questão envolve uma série de fatores, incluindo pressões sociais, questões emocionais e desafios individuais. É crucial que as escolas estejam atentas a possíveis sinais de problemas emocionais e ofereçam suporte adequado, seja por meio de profissionais qualificados e sensíveis ao tema, onde serão realizados melhores encaminhamentos como programas de apoio psicológico e emocional. Nesse contexto, é fundamental promover a educação sobre saúde mental e bem-estar emocional nas escolas, para ajudar as jovens a compreenderem suas emoções e a buscarem ajuda quando necessário. Compreender os fatores que influenciam a automutilação das estudantes e propor intervenções ou programas direcionados a promover um ambiente escolar mais inclusivo e motivador para as estudantes, levando em conta suas necessidades específicas.

Palavras-chave: Automutilação. Dor. Comunidade escolar.

GÊNERO, RACISMO E ESTADO: UMA ANÁLISE PROFUNDA DAS RELAÇÕES DE PODER

Rebeca Maria de Melo Arruda
Graduanda em História, UNICAP

Resumo: Como o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil enfrentou consequências desse evento ao longo de sua história até os tempos contemporâneos. A promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 é um marco crucial, representando o momento em que o sistema escravocrata foi oficialmente abolido no país. Em um processo legislativo rápido, que durou apenas cinco dias, tanto a Câmara quanto o Senado do Império Brasileiro aprovaram o projeto de lei, resultando na completa extinção da exploração dos povos negros no país, ao menos, no papel. O discurso legal da igualdade de direitos e oportunidades para os cidadãos afro-descendentes, teoricamente estabelecido pela abolição, contrastava com a realidade vivenciada por eles. Neste contexto, o racismo estrutural persistiu, continuando a moldar as instituições e práticas sociais da nação, se prolongando até a era auge do capitalismo. Este estudo visa, também, destacar como as medidas



governamentais contribuíram para a exclusão sistemática da população afro-brasileira e reconhecer o papel central das mulheres negras na luta por justiça social e igualdade, desde o período pós-abolição até os dias atuais, ressaltando a importância das políticas públicas na promoção de uma verdadeira igualdade. **Palavras-chave:** Racismo estrutural. População afro-brasileira. Feminismo negro.

CONQUISTAS E DESAFIOS ACERCA DO NOME SOCIAL EM AMBIENTE ESCOLAR

Valéria Barboza Vasconcelos

Mestra em Magíster en Ciencias de la Educación, UA

Resumo: O artigo em questão propõe uma reflexão sobre as conquistas relacionadas ao uso do nome social em ambiente escolar nos registros internos. Visando a garantia da identidade e dignidade dos estudantes trans e não-binários, o respeito à sua autonomia e auto expressão, o fortalecimento da inclusão e diversidade, a promoção de um ambiente mais acolhedor e seguro. O combate à discriminação e ao preconceito, e o reconhecimento da multiplicidade de identidades de gênero. Por outro lado, os desafios do uso do nome social em ambiente escolar envolvem a resistência de parte da comunidade escolar e da sociedade em geral, a falta de conhecimento e sensibilidade em relação às questões de gênero, a ausência de políticas e práticas institucionais que garantam o respeito ao nome social, a possibilidade de exposição a situações de violência, discriminação e preconceito, colocando em risco o direito à educação. Há a necessidade de criação de estratégias coletivas de enfrentamento e superação desses obstáculos.

Palavras-chave: Conquistas. Nome social. Desafios.

Realização:



Apoio:



ESCOLA DE EDUCAÇÃO
E HUMANIDADES

